



O tempo dos dinossauros tinha outros riscos, mas também era outra têmpera

Estive, como professor, desde 1962, na Escola que se começou a chamar de Maria Lamas já em 1975. Aí cumpri, como professor provisório, depois de Abril, com a bacharelato, a licenciatura, o estágio profissional, professor de nomeação definitiva, na comissão instaladora, depois na direcção da Escola, mais tarde na presidência de mesma, 37 anos de serviço profissional. Nunca, na minha vida de docente, conheci outra escola. A estabilidade influencia em muito, não só a relação como o corpo docente, administrativo e do pessoal, os discentes, mas igualmente com o meio, os encarregados de educação, a estrutura economico-social-concelhia da vila que se transformou em cidade.

Diga-se, aliás. Nascido e criado na vila de Torres Novas, integrado desde os bancos do Colégio de Andrade Corvo, na Avenida João Martins de Azevedo, colaborador do Jornal Escolar O Grasnar do Corvo, breve a situação política marcou a minha adolescência numa revolta instintiva contra a ditadura, coisa que não seria estranha, quando se era herdeiro duma família republicana, com um avô carbonário e membro do PRP de Afonso Costa, barbeiro de profissão e músico de alma, director da Tuna Torrejana e ensaiador da prole numerosa, que no teatro amador da primeira república se transformaram em violinistas exímios, poetas e artistas de prestígio. Com um avô carbonário, um tio da maçonaria, dois com ligações clandestinas ao PCP, um outro militar, herói da 1ª Guerra Mundial e interventor nas revoltas contra a ditadura, que lhe criaram o exílio em Cabo Verde, que me restaria senão seguir a tradição familiar?

O Raiar de Aurora, onde o Romão dava aulas de inglês, mais tarde o Cineclube de Torres Novas, onde cheguei a ser dirigente, o Café Portugal, à rua da Levada, onde se reuniam à noite os jovens poetas e libertários da minha geração, alguns com ligações com as mesas do canto, onde os comunistas na clandestinidade conspiravam sob o olhar policiado e com infiltrados da PIDE, numa resistência persistente e heróica, que se estendia no trabalho sindical e associativo. Do Montepio de Nossa Senhora da Nazaré, ao Cineclube e ao Raiar de Aurora campista. Aí conheci os irmãos Vítor e o Manuel Nicolau, o Arlindo Tavares, o António Graça, o Joaquim Canais Rocha, o Romão dos Santos, mais tarde, quando libertos da cadeia política, Os gémeos Canais, o José Ribeiro, o António Canelas. A educação política era realizada, também, noutros cafés, a Abidis, onde tertuliam o velho dirigente republicano, o Dr. José

Reis, o Dr Pena dos Reis e o Dr. Adrião Monteiro. No Império, sempre com um livro sob o braço, neto de liberais e republicanos, o Dr. Augusto Guimarães Amora.

Quando, por necessidade económica familiar, fui obrigado a interromper a frequência ordinária do curso de história em Coimbra, surgiu a oportunidade de entrar como professor para a Escola industrial de Torres Novas, nesse ano de 1962. Trabalhei e estudei, fui fazendo cadeiras, mas agastado com o conservadorismo praxista de Coimbra e a mentalidade anti-voluntariado dos docentes, mudei de ares, transferindo a matrícula universitária para Lisboa, onde concluí o Bacharelato e, mais tarde, a licenciatura. Formei-me tarde e só não desisti, porque, depois de Abril, as aulas universitárias nocturnas e a compita com um colega da mesma escola, o Professor José Manuel Carraça da Silva, levaram-me ao regresso e à conclusão do curso. O estágio pedagógico, a efectividade profissional, a gestão escolar, associada ao ensino que se tinha transformado na minha razão de vida, forjaram-me o destino, até ao ano 2000. Mais de duas décadas à frente da direcção da Escola, de dois em dois anos eleito para o cargo, chefiando uma equipa que, sem falsa modéstia, muito deu e pouco recebeu, ao ponto da escola ser conhecida e prestigiada a nível nacional. Era outro o clima escolar. A Democracia, o respeito pela opinião divergente, o debate pedagógico, as relações Escola-Câmara Municipal. Os problemas eram muitos, diários, mas as equipas de docentes, os funcionários, as associações de alunos, procuravam a sua solução. Inspecção e ministério respeitavam-nos e escutavam-nos.

A autonomia escolar, que a eleição produzia, permitia uma gestão que levou a efeito, por três vezes, Jornadas Pedagógicas Nacionais, Encontros Regionais do Desporto Escolar, um Encontro Nacional do Desporto Escolar, o fomento da criação da Escola Secundária Artur Gonçalves e a C+S de Riachos, mais Tarde Professore Chora Barroso. Por fim, já quase no fim do magistério, a ligação com Cabo Verde, iniciado através do Desporto Escolar, que a Câmara socialista local deformou numa relação de interesses pessoais, desvirtuando todo um processo de intercâmbio de relações pedagógicas entre países da língua portuguesa.

Tudo isto a propósito das escolas que hoje temos, com direcções nomeadas e controladas pelo poder político, que reputo uma das condições negativas da capacidade das escolas de serem autónomas, responsáveis, com fisionomia e características de investimento num ensino de qualidade. Mas tudo isso se complica, quando todos os cargos são de nomeação e não de eleição, quando se transformam os professores em funcionários administrativos cumpridores de estatísticas, sem tempo para uma acção na sala de aula, na escola e na sociedade, mais preocupados com a ditadura ministerial dos resultados para fins de ranking, do que com aquilo para que um professor deve existir: ensinar, disciplinar, cidadanizar, socializar. Na minha última experiência, já na reforma, como membro dos Conselhos Escolares da Escola Secundária Maria Lamas, mostrou-me como a burocracia, os resultados estatísticos, o preenchimento de formulários diversos e inúmeros, se transformavam na razão de ser duma política de controlo

ministerial total, um Big Brother Orwelliano sem qualquer autonomia e capacidade criativa. A escola uniformizada ao ponto da anulação da sua singularidade. E uma classe docente desmotivada, temerosa do seu presente profissional, acusada de todos os pecados que a política educacional originou nas suas experiências ditadas dos gabinetes dos ministérios.

Maria Filomena Mónica , em livros recentes, A Sala de Aula, e Diários de Uma Sala de Aula, põe a nu os medos que o despedimento, a falta de renovação de contratos, o aumento do nº de alunos/turma, a indisciplina reinante numa escola onde o aluno não se sente motivado, a farsa dos rankings escolares, o controlo pelas Câmaras da direcção escolar, com incidência partidária, as consequências desta na gestão interna, com nomeações para os cargos pedagógicos baseadas muitas vezes no amiguismo e no partidarismo, a eliminação de vagas nos quadros, a transferência da alimentação escolar, para empresas privadas cujo interesse não é a qualidade, nem a saúde dos alunos, mas o lucro. A colocação de docentes a centenas de quilómetros de distância, a destruição das suas famílias, tudo revela um plano arquitectado há muito, como na saúde, para entregar o ensino das classes médias às escolas privadas, abandonando as públicas para as classes mais desfavorecidas, social, cultural, economicamente, influenciando através dos media às suas ordens a mentalidade portuguesa de que o privado é que é bom, o público não tem qualidade. Para forjar figuras de grande prestígio e a qualidade, como os políticos que nos governam, não há realmente como o privado! O Miguel Relvas é bem um, mas não o único, infelizmente, exemplo nacional dos frutos dessa política da destruição sistemática do ensino público em Portugal.

27 de Março de 2014

✉ antoniomario45@gmail.com

António Mário escreve sempre às quintas-feiras em www.oriachense.pt